



AS FORMAS DA LÍNGUA NA ANÁLISE AUTOMÁTICA DO DISCURSO (1969-1983): A HERANÇA LINGUÍSTICA DE MICHEL PÊCHEUX¹

(LES FORMES DE LA LANGUE DANS L'ANALYSE AUTOMATIQUE DU DISCOURS (1969-1983) : L'HÉRITAGE LINGUISTIQUE DE MICHEL PÊCHEUX)

Filipo Figueira²

RESUMO: A Análise de Discurso proposta por Michel Pêcheux se exerce sobre a dupla materialidade da língua (base) e do discurso (processo). No entanto, há uma insatisfação, tanto dos linguistas quanto dos analistas do discurso, relativa ao suposto esquecimento do aspecto linguístico na AD. Assim, pretendo estabelecer um percurso de leitura sobre o conceito de “língua” no projeto teórico da *Análise Automática do Discurso (1969-1983)* de Michel Pêcheux como uma maneira de expor e defender sua importância nas análises e no arcabouço teórico da Análise do Discurso contemporânea. O percurso deste trabalho, portanto, inicia-se pela apropriação discursiva dos primados da metáfora sobre o sentido e do valor sobre a significação, estendendo-se até suas reelaborações finais, em que se formula a assunção de que a língua é capaz de revolta.

Palavras-chave: língua; discurso; análise automática do discurso; Michel Pêcheux.

RÉSUMÉ: L'Analyse du Discours proposé par Michel Pêcheux s'exerce sur la double matérialité de la langue (base) et du discours (procès). Pourtant, dans le champ des études du langage, il y a quelques insatisfactions, soyez des linguistes, soyez des analystes du discours eux-mêmes, à propos de l'oubli du rôle de la langue dans l'AD. Ainsi, on prétend établir un parcours de lecture autour de la notion de « langue » chez Michel Pêcheux dans son projet théorique de l'*Analyse Automatique du Discours (1969-1983)* pour mieux montrer et mieux défendre l'importance de ce concept aux études discursives aujourd'hui. Donc, on débute sur l'appropriation des concepts linguistiques dans l'établissement des primés de la métaphore sur le sens et de la valeur sur la signification et on suit jusqu'aux réélaborations théoriques finales où la langue devient l'espace-même de la révolte.

Mots-clés: langue ; discours ; analyse automatique du discours ; Michel Pêcheux.

INTRODUÇÃO

A Análise de Discurso francesa se exerce sobre a dupla materialidade da língua e do discurso. Nos termos de Michel Pêcheux, tido como seu fundador, “é mais conveniente conceber a língua (objeto da linguística) como a base sobre a qual processos se constroem”, e, portanto, “reservar a expressão processo discursivo [...] ao funcionamento da base linguística em relação a representações [...] postas em jogo nas relações sociais”

¹ Agradeço às leituras críticas e atentas, das diferentes versões do manuscrito deste texto, por Sírio Possenti, Fábio Ramos Barbosa Filho e Ana Cláudia Ferreira. Quaisquer impropriedades, é claro, são de minha responsabilidade.

² Doutorando em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, SP, Brasil. figueirafp1@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8916-0822>

(LLD³, p. 128). Efetivamente, então, assumir a postura interpretativa da Análise de Discurso materialista (AD, daqui em diante) é interrogar porque, sobre a mesma base linguística, ocorrem processos discursivos diferentes. Dilema de Babel revisitado: um desentendimento interno à língua.

No entanto, em um aparente paradoxo, há um *mal-estar* na relação entre a AD e a Linguística, que se reflete em uma crítica feita tanto por linguistas *de jure* quanto por analistas de discurso: ao longo do tempo, a disciplina teria deixado a língua de lado em favor do aspecto histórico-social da enunciação. Ao que parece, esse mal-estar pode ter uma história: a disciplina se institucionalizou *na* Linguística e, de certa maneira, *contra* ela. Sabe-se que a AD estabeleceu seu campo de atuação através de uma “mudança de terreno”, rompendo – e aqui sigo a tese de Sírio Possenti (2011) – com os preceitos linguísticos da semântica gerativa, da pragmática e da semiologia estruturalista. No entanto, faço o esforço de lembrar que não se deve confundir a postura *contralinguística*⁴ da AD com um sentimento *antilinguístico*: “não há AD sem linguística” (POSSENTI, 2011, p. 361) – muito menos sem língua.

Estas impressões gerais pavimentam o objetivo deste texto: traçar um percurso de leitura sobre o conceito de *língua* no projeto da *Análise Automática do Discurso (1969-1983)* de Michel Pêcheux⁵. Para isso, divido-o em três partes: parto da apropriação das teorias estruturalistas e distribucionalistas, sigo pela crítica da independência dos domínios linguísticos até chegar, enfim, à elaboração de uma concepção discursiva do que é o próprio da língua.

1. LEVANDO A LINGUÍSTICA A SÉRIO

Ancorada na ruptura estruturalista (Jacques Lacan, Louis Althusser, Michel Foucault etc.)⁶ e no “clima marxista” do *pós-68* francês⁷, a teorização de uma “semântica discursiva” (CS, p. 28) responde às urgências de construir uma espécie de “escuta social” (RCS, p. 53), um dispositivo de leitura capaz de investir contra as teorias humanistas e idealistas da interpretação. Em virtude dessas urgências, sua elaboração se estabeleceu, entre os anos 1969 e 1975, numa disputa político-teórica travada em dois *fronts* no campo da linguagem: de um lado, pela crítica às leituras humanistas e espontâneas do texto, fundadas em um Autor mestre e originário do sentido (LI, p. 56-57); de outro, pela oposição às “ideologias do consenso” ou ao “problema da comunicação” – isto é, à

³ Visto que irei me referir a diversas obras de Michel Pêcheux, preferi estabelecer uma relação de siglas, exposta em um glossário ao final do texto (item 5 deste texto).

⁴ Eventualmente, se poderia enquadrar a AD no campo das *contraciências*, como fez Foucault (1966/1995, p. 391) com a psicanálise e com a etnologia, disciplinas que se distinguem por um “um perpétuo princípio de inquietude, de questionamento, de crítica e de contestação daquilo que, por outro lado, pôde parecer adquirido”.

⁵ Propondo esse recorte nominal, pretendo tanto sublinhar que não falo do contexto “mundial” (ou “não-francês”) da AD quanto distinguir, dentro da “Escola Francesa da Análise do Discurso”, o projeto de Michel Pêcheux. Para os fins exclusivos deste texto, “AD” é empregado como metonímia desse projeto. A escolha de orbitar em volta dos textos de Michel Pêcheux, enfim, apoia-se na centralidade do projeto da *Análise Automática do Discurso (1969-1983)* para o desenvolvimento dos anos iniciais da AD na França e, posteriormente, no Brasil.

⁶ Cf. ADI, p. 277; AAD, p. 251; DTL, p. 12; DEA, p. 46-47; MI, p. 156; EDI, p. 103; CE, p. 283.

⁷ Cf. Guilhaumou e Mazière (2010).

posição idealista de que seria preciso apaziguar os desentendimentos entre os homens por meio de uma espécie de higiene lógico-formalista⁸ da língua (*DTL*, p. 15)⁹.

Assim, o primeiro projeto da *Análise Automática do Discurso*, publicado em 1969 (donde *AAD69*), supunha a elaboração de um dispositivo informacional de leitura dos discursos políticos e uma teoria materialista do sentido que o embasasse (*ADI*, p. 277; *AAD*, p. 251). Desse modo, a ruptura com as teorias semânticas então estabelecidas incidiu principalmente sobre o par “liberdade/determinação”, considerado como um par ideológico na medida em que seus termos se supõem reciprocamente. Nessa perspectiva, a fala, como realização individual e criativa da língua, figuraria como “um caminho para a liberdade humana; avançar no caminho estranho que conduz dos fonemas ao discurso é passar *gradatim* da necessidade do sistema à contingência da liberdade” (*A69*, p. 70). Isto é, nestas teorias, “a criatividade supõe com efeito a existência de um sistema que lhe permita [ao sujeito] fazer irromper, e todo sistema nada mais é do que o efeito resultante de uma criatividade anterior” (*CS*, p. 21).

É contra essa perspectiva que Pêcheux inscreve o sentido entre a realização da língua e as relações históricas das lutas de classe. Em sua mudança de terreno, portanto, o que se vê é que “a AD especifica-se por sua relação com a língua” (*EDI*, p. 100). Assim sendo, essas urgências estabeleceram e povoaram o horizonte sob o qual Pêcheux e seus colegas trabalharam: opondo-se à mera “aplicação metafórica” (*LLD*, p. 126), o diálogo com os estudos da linguagem estava marcado pelo esforço em “levar a ‘linguística moderna’ a sério” (*ADI*, p. 277), concretizado nos *primados da metáfora sobre o sentido e do valor sobre a significação*.

1.1 A metáfora e o sentido

Em seu projeto teórico, a *AAD69* contava com um método de análise focado na variação e identidade lexical entre Sequências Discursivas Autônomas (SDAs) – os recortes do arquivo que constituem o corpus de interesse do analista. Este dispositivo se baseava em um resgate da língua em Ferdinand de Saussure e no paradigma distribucional de Zellig Harris. Do primeiro, retomou-se a descoberta do simbólico na língua: isto é, a máxima de que “a língua é uma forma, e não uma substância” (SAUSSURE, 1916/2012, p. 170). Uma vez que a língua é um sistema – e não a expressão do sentido em si mesma –, caberia à linguística descrever seu funcionamento, isto é, “quais são as regras que tornam possível qualquer parte, quer se realize ou não” (*A69*, p. 60). De Harris (1952), por sua vez, retomou-se o paradigma distribucional, um método de análise de “fronteiras morfológicas” que consiste em apenas atestar a ocorrência de elementos morfológicos em um texto a partir de um paradigma de correspondência.

No entanto, na conjugação entre essas duas teorias, a AD encontrava-se frente a um dilema e a uma contradição. Um *dilema* porque, como Harris (1952, p. 5) alerta, o método distribucional limita-se a *localizar* a ocorrência das sentenças, e nada pode dizer de seu sentido. Uma *contradição* porque, como também afirma Harris (1952, p. 5), o método distribucional aplica-se a *um texto*, ao passo que a teoria saussuriana atesta que o que funciona é, em contrapartida, *a língua*. É frente a essas limitações e impropriedades teóricas – a essa *contradição* na teoria – que Pêcheux faz intervir a ordem do discurso na ordem da língua, introduzindo o *primado da metáfora sobre o sentido*. Se a língua pode ser abordada pela distribuição lexical de seus elementos, o sentido torna-se apreensível nas “comutações contextuais” que “uma mesma família parafrástica” permite – o que

⁸ Há uma passagem de D. Laporte (1977), historiador francês citado por Michel Pêcheux e Françoise Gadet (*LI*, p. 90, nota 3), que ilustra com ironia finíssima esse sentimento: “Se a língua é bela, é porque um mestre a lava. Um mestre que lava os lugares de merda, retira as imundices, saneia cidade e língua para conferir-lhes ordem e beleza”.

⁹ Esquemáticamente, diria que se opunham tanto às diversas correntes do movimento estruturalista quanto às das escolas semânticas lógicas ou formais.

Pêcheux chamou de *efeito metafórico*, uma maneira de “lembrar que esse ‘deslizamento de sentido’ entre x e y é constitutivo do ‘sentido’ designado por esse x e y” (A69, p. 96). Assim, o fundamento principal do primado da metáfora sobre o sentido consiste “[n]esta repetição do idêntico através das formas necessariamente diversas que caracteriza, a nossos olhos, o mecanismo de um processo de produção” (A69, p. 98, meus destaques). É sobre este efeito que a AAD69 deveria intervir.

Para ilustrar este princípio teórico, retomo duas sequências discursivas (SD, daqui em diante) do que chamaria de “*fascio-bolsonarismo*” (se verá o porquê), ambas enunciadas em 2020, no contexto da pandemia global provocada pela doença COVID-19 e na conjuntura mundial de ascensão neofacista. São elas: *SD₁ máscara é coisa de viado*¹⁰ e *SD₂ viado tem que morrer de coronavírus*¹¹. A primeira foi atribuída ao presidente Jair Bolsonaro e a segunda foi enunciada por um de seus apoiadores. Sigo aqui algumas propriedades gerais do fascismo propostas por Umberto Eco (2019): a exacerbação do *moralismo conservador*, da *belicosidade* e do *machismo*. Por último, destaco ainda que, figurando no epicentro dos afetos fascistas, “o homem é indubitavelmente um absoluto: fonte de todo o valor moral, ele encarna a essência do fenômeno fascista” (CHAPOUTOT, 2013, p. 336). Frente a essas considerações, tomo partido pela imbecilidade¹²: quais sentidos estão em jogo no deslizamento entre *SD₁-SD₂*?

O virilismo bolsonarista, à luz das características acima, inscreve-se num antagonismo entre *ser viado* e *ser macho*: *viado* designa uma categoria inferior de *homem*, que, por sua vez, vê no *macho* a realização ideal de seu gênero (AMBRA, 2015; GAZALÉ, 2017). Essa dicotomia é facilmente verificável pelas sequências acima: se, na *SD₁*, *viado* pode ser apreendido como qualidade indesejada, na *SD₂* ele é um termo violentamente recusado, identificando um perigo ou um inimigo – por exemplo, poderia reescrevê-la como *SD₂: o coronavírus tem que matar os viados*. Ademais, é preciso lembrar que, no contexto pandêmico, *máscara* funciona como metonímia para os cuidados contra o vírus, fortemente menosprezados pelo presidente da república, muito por conta do virilismo que identifica o cuidado pessoal com fraqueza. Nesse sentido, proponho a seguinte reconstituição – as aspas inglesas (') e tradicionais (") indicam sequências que reconstituo a partir das outras, numeradas – para os sentidos desse efeito metafórico (*SD₁₋₂*): se *SD₁₋₂: aquele que usa máscara é $\frac{\text{fraco}}{\text{viado}}$* , logo, *SD₁₋₂: aquele que é viado/é fraco $\frac{\text{usamáscara}}{\text{umperigo}}$ e precisa morrer*¹³. Assim, *viado* e *máscara* se combinam numa rede na qual a identidade de cada vocábulo escapa sempre para outros termos solidários entre a doença e a fraqueza física e moral¹⁴.

¹⁰ Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/mascara-e-coisa-de-viado-dizia-bolsonaro-antes-de-pegar-covid-19/>. Acesso em 09/07/2020, às 12:08.

¹¹ Disponível em: <https://www.pnoticias.com.br/noticia/policia/236889-apoiador-de-bolsonaro-e-presos-apos-dizer-que-viado-tem-que-morrer-de-coronavirus>. Acesso em 09/07/2020, às 12:08.

¹² Como esclarece Pêcheux (AC, p. 25), “[f]azer o imbecil: isto é, decidir não saber nada do que se lê, permanecer estranho a sua própria leitura, acrescentá-la sistematicamente à fragmentação espontânea das sequências, para acabar de liberar a matéria verbal dos restos de sentido que ainda aderem aí”.

¹³ A forma de notação das famílias parafrásticas utilizada não corresponde à maneira usual da AAD (questão que não é meu foco aqui). Para maiores detalhes sobre o modelo original da AAD, cf. (A69; MOI; PAD).

¹⁴ Essa é uma contradição típica do fascismo – esse “alveário de contradições” (ECO, 2019, p. 32) –, na qual “os inimigos são, ao mesmo tempo, fortes demais e fracos demais” (ECO, 2019, p. 52): os viados são *fracos*, por isso usam máscara para se proteger da doença; os viados são *perigosos*, por isso devem ser eliminados pela doença.

1.2 O valor e a significação

Se o sentido de cada palavra está na sua substituição/comutação em uma família parafrástica, decorre que a língua seja tanto um “tesouro lexical” quanto uma lista de regras combinatórias desses elementos (a “gramática”). No entanto, ainda se enfrenta o problema da identidade do sentido. Retomo como exemplo o emprego de *máscara* na *SD₁* comparando-o à *SD₃* *a máscara em que você vive* [*the mask you live in*] – título do documentário de Jennifer Newson (2015) sobre a “condição masculina”. Como visto, *máscara*, no discurso bolsonarista, está associada, como um objeto “físico”, à prevenção da doença COVID-19, mas também à (suposta) fraqueza homossexual, e vesti-la seria índice de “fraquejar”¹⁵ em sua condição masculina viril. Por outro lado, a *SD₃* participa de outras relações solidárias de sentido, e *máscara* designa não (necessariamente) um objeto, mas um esconderijo: o homem se esconderia na máscara da masculinidade viril. Entre as duas sequências (*SD₁*-*SD₃*), marca-se na língua uma contradição¹⁶: *SD₄* *máscara é coisa de $\frac{viado}{macho}$* . Resta saber o que permite que dois termos se tornem equivalentes em uma família parafrástica, mas não em outra; ou ainda, como se dá a economia metafórica da identidade do sentido.

O grupo encabeçado por Pêcheux encontra na publicação de *Arqueologia do Saber* (1969/2002), de Michel Foucault, a abertura para “uma concepção materialista da discursividade” (*MI*, p. 157): através do conceito de *formação discursiva* e da noção de arquivo como “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (*LAH*, p. 51), foi possível (re)introduzir a problemática da língua no domínio das discursividade (*EDI*, p. 101). Assim, em um artigo escrito a seis mãos, Pêcheux e seus colegas propuseram que, sob uma mesma formação ideológica, organizam-se uma ou mais formações discursivas, “que determinam o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura dada” (*CS*, p. 27). Desse modo, o método da *AAD69* se efetuará pela comparação regrada entre as SDAs que constituem o corpus “tido como representativo de um certo estado de *condições de produção características de uma formação discursiva dada*” (*CS*, p. 30, meus destaques). O interessante, no entanto, é que para conseguir elaborar uma compreensão topológica do sentido – isto é, feita de posições (sociais e linguísticas) e não de substâncias – foi preciso retomar outra vez Saussure, dessa vez, através do conceito de *valor*.

Segundo Pêcheux e seus colegas, as teorias linguísticas (especialmente as semânticas) haviam permanecido “surdas” ao que teria sido a verdadeira ruptura saussuriana – um corte que implicaria, segundo eles, na separação entre o sistema da língua e a significação. Segundo Saussure (1916/2012, p. 163), o *valor* de um signo está determinado “por aquilo que o rodeia”, isto é, pelas relações de *semelhança* e *dessemelhança* que ele estabelece dentro de um sistema. O genebrino é categórico: “na língua, só existem diferenças” (SAUSSURE, 1916/2012, p. 167). O valor, portanto, consiste no embrião do que seria a “filosofia nova” estruturalista, uma espécie de metafísica em que “os lugares prevalecem sobre aquilo que os preenche” (DELEUZE, 1972/2006, p. 226). É essa prevalência que Pêcheux e seus colegas exploram para romper com as teorias semânticas de então.

O *primado do valor sobre a significação* assenta-se no fato de que “do ponto de vista linguístico, o valor domina a significação” (*CS*, p. 17), isto é, “do ponto de vista da

¹⁵ É famosa a declaração de Bolsonaro sobre sua família: “Eu tenho cinco filhos. Foram quatro homens, aí no quinto *eu dei uma fraquejada e veio uma mulher*”. Disponível em: <https://exame.com/brasil/piada-de-bolsonaro-sobre-sua-filha-gera-revolta-nas-redes-sociais/>. Acesso em 16/03/2021.

¹⁶ Courtine (1981/2009, p. 184) explorará esse fenômeno na forma do *enunciado dividido*: “uma configuração particular de paráfrase discursiva, na qual duas formulações, de forma sintática determinada [...], atribuem valores semelhantes [...] a certos lugares dessa estrutura e dois valores antagônicos a pelo menos um lugar”.

língua, só conta o valor e não a significação” (CS, p. 19). Supor, portanto, que a significação esteja prevista no sistema linguístico iria na contramão do que propõe Saussure, pois seria considerar que os diferentes sentidos possíveis – os diferentes atos fônicos e psicológicos – estariam alojados de antemão em “subsistemas” da língua, articulados, por sua vez, na fala criativa de um sujeito. Nesse sentido, distinções como “sentido real ou abstrato”, “próprio ou impróprio”, “denotativo ou conotativo”, “literal ou figurado” não são produtivas (SD, p. 147, nota 10), uma vez que *todo sentido é metafórico*:

Isto suporia que não há, de início, uma estrutura sêmica do objeto, e em seguida aplicações variadas dessa estrutura nessa ou naquela situação, mas que *a referência discursiva do objeto já é construída em formações discursivas* (técnicas, morais, políticas...) que combinam seus efeitos em efeitos de interdiscurso (MI, p. 158, meus destaques).

Enfim, recusar a “criatividade linguística” da fala e separar valor e significação, apoiando-se em contrapartida na noção de formação discursiva, é levar a cabo radicalmente a concepção de que “o laço que une as ‘significações’ de um texto às suas condições sócio-históricas não é meramente secundário, mas constitutivo das próprias significações” (CS, p. 20). Assim, a identidade de uma palavra não está em seu (re)emprego, mas nos efeitos metafóricos de equivalência parafrástica a partir de uma formação discursiva dada.

2. QUESTIONAR OS FUNDAMENTOS

Até 1975, tudo ia bem. As apropriações das teorias linguísticas de Saussure e Harris, organizadas sob os primados da metáfora e do valor, permitiam à AD abordar a língua como um “tecido de elementos solidários” (A69, p. 98), um tesouro lexical que forneceria o “material” das famílias parafrásticas dentro de uma formação discursiva dada. Contudo, o tratamento discursivo das SDAs nunca seria capaz de esgotar a combinatória desse tesouro: inevitavelmente, “todo discurso comportaria uma parcela de ‘ruído semântico’” a ser contornado, uma vez que “cada unidade, na qualidade de agrupamento, é suscetível de introduzir elementos de significação *desnecessários* ou *redundantes* em relação à manifestação global da significação dos discursos em questão” (CS, p. 22, meus destaques). Tudo ia bem demais; porém, os ruídos foram se tornando ensurdecedores. Seja o exemplo:

Figura 1: SD₅ ENVIADÉ-SE.



Fonte: página do artista na plataforma *Instagram*¹⁷.

Algo que salta aos olhos mesmo em uma leitura superficial é que figuram em SD₅ ENVIADÉ-SE os mesmos elementos que em SD₁ máscara é coisa de viado. Há fortes indícios, porém, de que não se trata dos mesmos sentidos. Como visto (SD₁-SD₂), no

¹⁷ Disponível em: https://www.instagram.com/p/CCY1SzIjMQ_. Acesso em 11/07/2020, às 15:11.

discurso bolsonarista *viado* e *doença* são ambos metonimicamente representados por *máscara*, de onde se poderia supor SD_1 , $\frac{n\tilde{a}ousem\tilde{a}scara}{n\tilde{a}oeseenviade}$. Ora, agora o sentido se inverte: em vez de afastar a palavra *viado*, aconselha-se seu acolhimento¹⁸: SD_5 , $\frac{torne-seviado}{usem\tilde{a}scara}$. Uma maneira de abordar o problema seria considerar que essa diferença se dá apenas por uma mudança entre formações discursivas. No entanto, assim se correria o risco de admitir que a enunciação e escolha lexical da SD_5 seriam contingentes às da SD_1 , além de perder de vista o caráter transgressor em SD_5 , que as inverte. Ora, *viado* e *máscara* mantém sua relação metonímica em SD_5 em boa medida como resposta à SD_1 , e ainda assim elas não reaparecem “idênticas” – *máscara* é iconograficamente aludida ou representada.

Ao propor uma “invariante proposicional subjacente a uma família parafrástica” (PAD, p. 234) para atingir “nexos semânticos” constituintes comuns a essa família, o projeto inicial da AAD69 acabou por apoiar-se em um sentido “já constituído” ou pré-concebido. O exercício rigoroso da AD, entretanto, pressupõe que *não há garantias* de que o sentido permaneça o mesmo sob as transformações e substituições entre sequências discursivas distintas (PAD, p. 236). Assim, o método tanto lexical quanto “aerolítico”¹⁹ da AAD69 mostra-se ainda acanhado para uma análise discursiva do sentido. Era necessário que a AD passasse a escutar os ruídos semânticos. Em 1975, enfim, o *interdiscurso* aparece definido como o “‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei da desigualdade-contradição-subordinação” (SD, p. 149).

Numa disposição topográfica – *com dominante* –, elementos de outras formações discursivas, com as quais se estabelecem diferentes relações, não cessariam de se inscrever no fio do discurso “meta-forizados” (MI, p. 158) na forma daquilo que *se pode dizer* e daquilo que *se pode retomar*: “o interdiscurso *aparece* como o puro ‘já-dito’ do intra-discurso, no qual ele se articula por ‘co-referência’” (SD, p. 154). Não por acaso, a introdução do interdiscurso resvala no questionamento da independência dos domínios linguísticos: é através da autonomia relativa das *formas sintáticas* de *encaixe* (*discurso transverso*) e *articulação* (*pré-construído*) que se pode observar o discurso sob o discurso²⁰. A implicação entre a SD_1 e SD_1' é um exemplo da primeira. A segunda, podemos observá-la na SD_5 , marcada pelos “fantasmas” da SD_1 . Na SD_5 , *viado* – *pré-construído* morfológico²¹ – constitui o neologismo “en-viad-ar”. Esta transformação passa pela retenção de um signo anterior (*viado*) e pela inclusão de afixos (*em-* e *-ar*) e do clítico reflexivo (*-se*), mudanças que incidem diretamente na produção de outros efeitos semânticos: somente sofrendo uma reorganização morfossintática foi possível passar de uma recusa moral (SD_1 *máscara é coisa de viado*) a uma convocação ética (SD_5 *ENVIAD-SE*).

Assim, a reconstituição do algoritmo da AAD69 abala também as fronteiras, antes fortemente estabelecidas, entre os domínios morfológico, sintático e o semântico: a tese do valor é “a base da distinção entre intradiscurso e interdiscurso e a origem da tese segundo a qual o intradiscurso só se constitui pelo interdiscurso que o atravessa”

¹⁸ Sobre a negociação entre palavras acolhidas e mantidas à distância, cf. Authier-Revuz (1984/1990).

¹⁹ Em 1983, Pêcheux comenta o que segue sobre o aspecto acidental do discurso: “não se trata de pretender aqui que *todo discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe*, mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos” (DEA, p. 56, meus destaques).

²⁰ Para uma explicação mais detalhada desses dois procedimentos, cf. (SD, p. 151-157). Para a proposição inicial do “pré-construído” como revisão da “pressuposição linguística”, cf. (HENRY, 1975/1990).

²¹ Me apoio aqui na expansão do conceito em Jean-Marie Marandín (1993/2010, p. 130): de modo geral, é um pré-construído quando “a expressão ou as expressões que introduzem o objeto da referência restringem sua interpretação”. A limitação à sintaxe seria, segundo ele, “um efeito da ‘conjuntura teórica’ na qual se desenvolvia a AD” (p. 131).

(MARANDIN, 1993/2010, p. 122). O *encontro morfossintático* (a língua), portanto, antes de formar um cálculo combinatório regrado de unidades lexicais independentes, produziria modos diferenciados de enunciação (a sintaxe) sob os quais um *conjunto estruturado de elementos* (o léxico) se articula. O reconhecimento do ponto cego quanto ao funcionamento material da língua em relação a si mesma no projeto da AAD69 – agora abalado pela introdução do interdiscurso – pavimentou também o caminho para a crítica dirigida à Linguística sobre estes mesmos aspectos.

Entre os anos de 1975 e 1980, a AD se fez passar por uma sublevação teórica. Ao tentar construir sua “teoria do discurso” através da figura conciliatória da “Tríplice Aliança” (IPF, p. 279), cidadela teórica sob a qual se reuniam conjugadas a ciência linguística, o materialismo althusseriano e o *materalismo* lacaniano²², a AD havia assumido seus objetos (a língua, a história, o inconsciente) como sobreponíveis, e que, portanto, todas poderiam estar falando da “mesma coisa” (AC, p. 23). No entanto, defrontando-se com uma postura radicalmente materialista – “Há *um* real da língua. Há *um* real da história. Há *um* real do inconsciente” (QI, p. 17) –, era preciso tomar “partido pelo fogo” (IPF, p. 270) de um trabalho crítico a essa sobreposição redutora. Assim, voltou-se o olhar para onde a ordem do discurso falhava e para onde o ritual da interpelação se estilçava.

Por um lado, foi necessário precisar que toda formação discursiva trabalha sobre uma contradição fundante – “trata-se, então, de pensar [...] *a contradição de dois mundos em um só*” (RSF, p. 196) – e que, portanto, as formações discursivas dominadas estão umbilicalmente ligadas às dominantes – isto é, “não há dominação sem resistência” (IPF, p. 281). Paralelamente, viu-se a necessidade de repensar os fundamentos da interpelação ideológica: não seria mais o sucesso da interpelação que interessaria à AD, mas justamente a possibilidade do seu fracasso – afinal, como atestaria a psicanálise lacaniana, “só há causa daquilo que falha” (IPF, p. 277). Curiosamente, para além das reformulações e crises provocadas em sua própria teoria, Pêcheux preparou também o terreno para uma crítica feroz à Linguística. Como alerta em 1977, no início da parceria teórica com a linguista Françoise Gadet, seu diagnóstico lançaria luz sob “a ocasião de um problema em que o destino da ciência linguística se engaja e põe em jogo até seus fundamentos” (FLS, p. 295). Assim deu-se início à crítica da recusa linguística em reconhecer o *próprio da língua*.

3. EM ALIANÇA COM O FOGO

A nova postura epistemológica da AD²³ se encontra pautada pela paráfrase que Pêcheux faz da fórmula psicanalítica: “não há ritual sem falhas” (IPF, p. 277). Através dela, retoma-se a tese lacaniana segundo a qual toda forclusão²⁴ deixa restos de real que não tardam a retornar, e que portanto, nem a dominação nem a interpelação podem ocorrer incólumes²⁵; mas também reaviva a tese materialista de que a história, um processo sem

²² Neologismo chistoso de Lacan (1975) para expressar sua posição como um “materialismo da palavra [*mot*]”.

²³ A AD também elabora para si uma nova *ética*, materializada no conceito dos *gestos de leitura* e na relação de batimento constante entre descrição e interpretação das materialidades discursivas (LAH).

²⁴ Segundo o dicionário de psicanálise de Roudinesco e Plon (1998, p. 246), a forclusão “consiste na rejeição primordial de um significante fundamental para fora do universo simbólico do sujeito”.

²⁵ Nas palavras de Pêcheux, “a causa que determina o sujeito [...] se ‘manifesta’ incessantemente e sob mil formas (o lapso, o ato falho etc.) no próprio sujeito, pois os traços inconscientes do significante não são jamais ‘apagados’ ou ‘esquecidos’, mas trabalham, sem se deslocar, na pulsação *sentido/non-sens* do sujeito dividido” (IPF, p. 277).

sujeitos nem fins, é calcada no absurdo²⁶, e que, portanto, todo sentido encontra no sem-sentido (*non-sens*) fundador a instabilidade incontornável de sua identidade. O momento era de aliar-se ao fogo da cidadela teórica em defesa da metáfora: “uma palavra por outra” é a definição da metáfora, mas é também o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso” (IPF, p. 277). É, portanto, sob a metáfora do *incêndio* – um que acabou por fazê-la abandonar a postura conciliatória da teoria do discurso (QI, p. 17) – que entendo a crítica da AD ao ofício e à língua dos linguistas.

3.1 Só há causa daquilo que falha

Há línguas. Sob esse conjunto de realidades que se nos apresenta, articulam-se tanto as musas quanto as quimeras da Linguística. Supõe-se a partir dele que as diferentes línguas compõem identidade entre si (é possível falar em *uma língua*) e que logo podem ser reunidas em um conjunto homogêneo ou sem contradição (é possível falar em *as línguas*). Em um nível ainda mais basilar, supõe-se que é possível discernir entre *o que é* e *o que não é* (uma) língua. Nesse espaço aí circunscrito se funda a prática do linguista. Ao mesmo tempo, no entanto, há duas realidades que a ameaçam: primeiro, que uma língua sempre pode ser *língua-mãe*, tornando-se incomensurável a todas as outras e, logo, não pode formar conjunto; segundo, uma mesma língua não se expressa sempre da mesma forma, pois há uma heterogeneidade constitutiva que atravessa todo seu sistema, não sendo, portanto, *Uma*. Essa é a tese de Jean-Claude Milner (1978/2012). Segundo o linguista e psicanalista, enfim, a Linguística é a atualização moderna de uma postura longeva de narcisismo sobre a língua:

Ora, é evidente que essas condições irreduzíveis só são satisfeitas caso se descartem determinadas proposições: - as línguas, por serem incomensuráveis, não formam uma classe contingente; - uma língua não é idêntica a si mesma; - uma língua é uma substância; - uma língua pode cessar de ser estratificada; - uma língua não é isótopa. Mas como vimos, não há nada na experiência que faça com que alguma dessas proposições seja impossível de ser sustentada. *É por uma decisão de princípio que elas são descartadas*, e esse princípio se reduz à pura e simples demanda de que um determinado tipo de proposição universalizável possa ser proferido sobre toda língua (MILNER, 1978/2012, p. 20, meus destaques).

De um só golpe, a Linguística constrói seu objeto e funda a ignorância (o campo de não-saber) que lhe permite existir. Inscrevendo a psicanálise no território da linguagem – “[o] campo freudiano é coextensivo ao campo da palavra” (MILNER, 1978/2012, p. 7) –, Milner defende que é preciso abordá-la naquilo que *escapa* à sua representação imaginária e à sua organização simbólica – sua dimensão *real*, o impossível da língua que não cessa de não se escrever²⁷. Sistêmico e assistêmico, gramatical e agramatical, a regra e o desvio, a língua e seu real são duas faces de uma mesma realidade – a *lalíngua* (*lalangue*). Assim, *contra* o desejo da escrita científica, Milner (1978/2012, p. 22) define o objeto da Linguística através de sua relação de não-todo: “[u]m modo singular de se fazer equívoco: eis, então, o que é uma língua entre outras”.

Dessa maneira, também subjaz à gramática das línguas uma *razão absurda*. Como alertam Pêcheux e Gadet, “o real da língua não é costurado nas suas margens como uma língua lógica: ele é cortado por falhas, atestadas pela existência do lapso, do *Witz* [chiste] e das séries associativas que o desestratificam sem apagá-lo” (LI, p. 55). No entanto, o filósofo e a linguista fazem questão de ressaltar que o acompanham em seu argumento somente até certa altura: faltava a Milner – como ainda faltaria à Linguística – reconhecer o real da história; caso contrário, seria impossível dar conta da existência material da

²⁶ Como questiona Louis Althusser (1980/2019, p. 49): “Mas por que não reconhecer francamente que a condição mais segura para poder agir no mundo, para poder mudar o seu curso, e, portanto, dar-lhe *sentido* – pelo trabalho, pelo conhecimento e pela luta – é admitir que *o mundo não tem sentido* (preestabelecido, fixado por um ser todo-poderosos que é pura ficção)?”

²⁷ Nas palavras de J. Lacan (1972-1973/1985, p. 127): “O *não para de não se escrever*, em contraposição, é o impossível tal como o defino, pelo que ele não pode, em nenhum caso, escrever-se”.

língua (LI, p. 52). Assim, defendem – e retomo aqui somente parte de sua argumentação, o suficiente para os objetivos deste artigo – que, sob as tendências do *logicismo* e do *sociologismo*, correria sob a história da Linguística uma “loucura subterrânea”, uma *logofilia* (amor da língua) fundada na dupla estratégia de dominação capitalista das figuras do Direito e da Vida: de um lado, “a ditadura logicista instituindo a circulação oficial das significações garantidas por uma autoridade central”; de outro, “as múltiplas práticas fragmentárias, indefinidamente reelaboradas e aperfeiçoadas pelas quais a divisão estratégica burguesa encontra o caminho do seu exercício” (LI, p. 38).

A Linguística, portanto, estaria ainda radiculada sob uma oposição ideológica fundamental: seja em termos de “sistema e criatividade” ou de “competência e performance”, a recusa do real da língua (e do equívoco como constituinte do sistêmico) garantiria, simultânea e paradoxalmente, a existência de uma língua padrão e de suas variantes, todas compostas por signos idênticos a si mesmos (e arbitrários aos objetos), consequentemente passíveis de descrição/dominação. No centro dessa posição, possibilitando a estratégia burguesa, argumentam Pêcheux e Gadet, está um mal-entendido em reconhecer no arbitrário do signo o núcleo do empreendimento saussuriano. Sub-repticiamente, a substância teria voltado à língua:

O objeto da Lingüística (o próprio da língua) aparece assim atravessado por uma divisão discursiva entre dois espaços: o da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento [o *logicismo*], e o das transformações do sentido, escapando à toda norma a priori, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomado no lance indefinido das interpretações [o *sociologismo*] (DTL, p. 25).

O valor linguístico, assim, foi submetido às imagens do equilíbrio e da circulação: “a língua é um ‘tesouro de signos’ que, do mesmo modo que os signos monetários, só têm valor com a condição de circularem na comunicação, de trocarem (por coisas ou por outros signos)” (LI, p. 56-57). Não há espaço para a falta, e o equívoco, “dissimulado no patológico da margem, do distanciamento, da regra violada e da obscuridade inefável” (LI, p. 115), ficou restrito à figura da linguagem poética e em sua manipulação “libertina” por alguns poucos sujeitos privilegiados. A Linguística teria cedido a uma “concepção aristocrática” da língua, presa à “certeza elitista que pretende que as classes dominadas nunca inventem nada [...]; [elas] teriam uma tal necessidade vital de universos logicamente estabilizados que os jogos da ordem simbólica não lhes dizem respeito” (DTL, p. 25). Assim, denúncias tais como a de que a língua seria “simplesmente: fascista” (BARTHES, 1977/2013, p. 14), apesar de soarem espetaculosas e subversivas²⁸, apenas ratificam a ignorância do fato de que “o humor e o traço poético não são o domingo do pensamento, mas pertencem às competências fundamentais da inteligência política e teórica” (DTL, p. 26).

Outra vez foi preciso advertir que submeter a significação ao valor incorre em submeter o sentido ao *non-sens*; que sempre há algo que não cessa de não se escrever: “o valor sustenta e, ao mesmo tempo, limita o arbitrário” (LI, p. 58)²⁹. Levar a cabo a

²⁸ Como continua, “o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer” (BARTHES, 1977/201, p. 14). Ora, esta denúncia se mantém ainda presa à posição ideológica sistema/criatividade, pois somente ignorando que há *lalíngua* – isto é, que “a linguagem humana é sem exterior: é um lugar fechado” (BARTHES, 1977/201, p. 14) – que se faz possível identificar um imperialismo *na* língua, isto é, que *ela* nos conforme às suas “regras”. Inclusive, satirizam Pêcheux e Gadet, se há “uma ‘língua fascista’, é precisamente essa língua lógica, língua metálica, sem aspecto exterior” (LI, p. 23).

²⁹ Em 2013, durante as manifestações consagradas como “Jornadas de Junho”, escutava-se uma palavra de ordem que expõe também a equívocidade do “valor monetário”: “não é só [por] 20 centavos”. Por um lado, evoca-se a ampliação das pautas das manifestações frente ao discurso hegemônico da imprensa que as “reduzia” à questão do preço da passagem. Por outro, indica-se que há *algo a mais* em seu valor, que ultrapassa a simples troca por uma mercadoria: o aumento de 20 centavos no valor da passagem em São

proposição de que um signo vale por aquilo que ele não é – uma fórmula composta apenas pela afirmação de sua negatividade (*não-x*) – seria dar consequência ao fato de que “em toda língua, um segmento possa ser ao mesmo tempo ele mesmo e um outro” (*LI*, p. 55). Dito de outra maneira: “não há fronteira ou ponto assinalável de mudança linguística entre o gramatical e o não-gramatical. Há somente trabalho na língua” (*LI*_[e], p. 103). Manter-se cego à capacidade de derrapagem constituinte da língua, para além de seguir na contramão do projeto saussuriano – que “faz do poético um deslizamento inerente a toda linguagem” (*LI*, p. 58)³⁰ –, é negar também a razão pela qual as línguas são capazes de política. “Não há linguagem poética” (*LI*, p. 58): era preciso restituir à língua sua predisposição à revolta.

3.2 A revolta é contemporânea à linguagem

Situar o valor e sua negatividade como eixo de organização da língua conduz a compreendê-la como “um corpo atravessado por falhas, ou seja, submisso à irrupção interna da falta” (*DTL*, p. 28). Atear fogo nas certezas da Linguística e, em decorrência, nas da cidadela teórica da AD impôs, de imediato, dificuldades incontornáveis: se, por um lado, a existência da língua é de “um sistêmico capaz de subversão” (*LI*, p. 59), e se, por outro, o “sentido surge do interior da sintaxe” (*LAH*, p. 57), como propor uma descrição alternativa da regra linguística?

Outra metáfora, bastante familiar aos linguistas, se apresenta em resposta: aquela do *jogo*. Já em Saussure ela aparece (1916/2012, p. 130), para quem, “de todas as comparações que se poderiam imaginar, a mais demonstrativa é a que se estabeleceria entre o *jogo da língua* e uma *partida de xadrez*”. No entanto, tomar a língua pela metáfora do xadrez implica, ainda, em marginalizar o equívoco: só seria da ordem do jogo o que joga *em suas regras*³¹. Para abordar um sistema capaz de subversão, “as regras da língua não podem ser consideradas como regras categóricas – no sentido de que uma regra deve ou não deve ser aplicada”; ao contrário, elas “devem ser vistas como intrinsecamente possibilitadoras dos jogos ideológicos e das latitudes discursivas” (*LI*_[e], p. 102). Sua ordem, portanto, não é nem de uma máquina lógica, nem uma construção social fictícia de natureza metalinguística: “[f]azer a língua funcionar é somente jogar nas suas coerções e nas suas lacunas – jogar nas latitudes que ela oferece” (*LI*_[e], p. 105). Assim, antes de uma analogia distante, ela abriga como princípio uma dimensão do *espaço de jogo*: “o paradoxo da língua toca duas vezes na ordem da regra: pelo jogo nas regras, e pelo jogo sobre as regras” (*DTL*, p. 27).

A regra linguística, antes de uma limitação – algo que se *entreporia* entre o sujeito e sua liberdade –, impele a uma forma de jogar, e, conseqüentemente, de *resistir*. “Trapacear a língua/mudar a vida”, diria Françoise Gadet (1980/2016, p. 193). Talvez a

Paulo significa também a desigualdade e o impedimento de acesso à cidade, submetidos, por sua vez, à obstrução financeira da mobilidade urbana e pública.

³⁰ Um bom exemplo são os comentários de Saussure (1916/2012, p. 121-122) sobre o jogo das diferentes segmentações silábicas possíveis entre *si je l'a prends* e *si je l'apprends*.

³¹ Talvez – e aqui assumo o risco da prepotência – uma analogia que melhor representaria o jogo da língua (desde que lembrado que toda analogia implica em deslizamento) seja pelo tabuleiro de *Go*, precursor do xadrez, originário da China e popularizado no Japão. Um diálogo em *Pi* (1998), filme de Damien Aronofsky, me parece exemplar. A interpretação que a personagem Sol Robeson elabora do jogo segue da seguinte maneira: “Os antigos japoneses consideravam que o tabuleiro de *Go* era um microcosmo do universo. De qualquer forma, quando está vazio, parece simples e ordenado, mas as possibilidades em jogo são intermináveis. Duas partidas de *Go* nunca são idênticas, assim como os flocos de neve. Então, o que o tabuleiro de *Go* realmente representa é um universo extremamente complexo e caótico. E essa é a verdade de nosso mundo, Max. Não pode ser facilmente resumido com a matemática. Não há um padrão simples” [minha tradução]. A língua, à luz do tabuleiro de *Go*, não pode ser matematizada facilmente, não sem excluir dela sua potência; e cada jogada – ou cada regra – pode ser vista como um manejo fugidio em intensidade das possibilidades de movimento de suas peças.

melhor maneira de exemplificar essa tese seja seguir Pêcheux em sua afeição contemporânea ao “ordinário do sentido” (DEA, p. 36). Neste estado da teoria, “a metáfora aparece fundamentalmente como uma *perturbação* que pode tomar a forma do lapso, do ato falho, do efeito poético, do *Witz* [chiste] ou do enigma” (MI, p. 160). Sigo pela via do chiste, com o seguinte tuíte³²: *SD₆ se home office fosse bom se chamaria mulhe office*. Suas condições de produção não diferem muito daquelas das sequências anteriores: enunciada durante a pandemia da COVID-19, faz menção à condição de trabalho remoto (*home office*) a que grande parte da população foi submetida quando foi decretado o isolamento social. Para deslinearizar os sentidos que nela se estratificam, sugiro trabalhar pela implicação semântica do encaixe sintático de oração condicional e pelos efeitos de sentido provocados pelo jogo fonético e gráfico.

Segmentando-a da seguinte maneira *SD_{6AB}* [^A *se home office fosse bom*] [^B *se chamaria mulhe office*], pode-se enquadrar a *SD₆* como uma *sentença subordinada adverbial condicional* (CASTILHO, 2019, p. 375), em que *SD_{6A}* é a prótase condicionante e *SD_{6B}* é a apódose condicionada; conforme sua disposição – isto é, [*se + subjuntivo + verbo terminado em -ira*] –, configura-se no “tipo semântico” *contrafactual ou irreal*, o que significaria que “a prótase [*SD_{6A}*, neste caso] encerra uma afirmação falsa, contrária à realidade” (CASTILHO, 2019, p. 376). Tomo partido por uma definição de sentido menos categórica do que de Ataliba Castilho (2019), mas há nela um ponto de partida: a *SD₆* constrói, por meio da oposição e da negação, uma relação de *hierarquia*. Primeiro, a *SD_{6A}* introduz um pré-construído, um fragmento interdiscursivo que diria algo como *SD₆, home office é bom*; mas o faz tão somente para negá-lo em seguida por meio da forma verbal *fosse*; enfim, oferece-se uma alternativa (*SD_{6B}*), introduzida pelo condicional *se* e pelo futuro do pretérito *seria*, implicando uma contradição entre dois termos: $\frac{\text{mulhe}}{\text{home}}$.

Portanto, diferentemente de Castilho (2009), não podemos dizer que a prótase *SD_{6A}* seja falsa ou irreal, porque ela precisa existir (mesmo que como efeito imaginário) para que *SD₆* se sustente. Ademais, o importante é que, além de hierarquizá-los, a *SD₆* também supõe possível uma correlação de oposição entre estes termos, efeito que, em alguma medida, os equipara. Ocorre que não consta na língua brasileira – menos ainda na inglesa – o vocábulo *mulhe office*. Ele é, como se verá, um neologismo fugaz, efeito do trabalho sobre a língua.

A palavra *home* (“casa”), em *home office*, em sua “ascendência anglófona” – trata-se de um neologismo brasileiro –, estaria oposta à *workplace* (“local de trabalho”). No entanto, se constata outra oposição no enunciado. Está transposição de oposições só é possível por uma subversão através do jogo com a grafia e com o som. Em sua incorporação à língua brasileira, *home office* encontrou-se na ocasião de uma possível homografia e, por consequência, homofonia: “home”, em português, é usada para grafar a forma coloquial ou caipira de se dizer “homem”, abrindo, também, a palavra de origem inglesa à fonologia brasileira: /'həʊm/ [“home”] torna-se /'omɪ/ [“home”], por intermédio de /'omej/ [“homem”]³³. O jogo com a língua fica ainda mais evidente na introdução da antinomia binária das palavras *homem* e *mulher*. Aqui não é possível discernir com certeza, mas pelo menos duas hipóteses me parecem plausíveis: primeiro que a semelhança possa ser de ocasião fonética, pois é possível pensar na forma coloquial ou caipira de /muɫ'ɛ/ [“mulhé”]; por outro lado, é possível que se tenha apenas retirado o “r” final (*mulhe*), assim como *home* não carregaria o “m” padrão, criando-se a

³² Disponível em: <https://twitter.com/colourdodge/status/1244794745655832579>. Acesso em 09/11/2020, às 13:00. As notações em colchete [A B] são de minha autoria.

³³ Por um lado, esse exemplo permite ver a língua funcionando pela lógica de sua falha. Por outro, ele reafirma que, ainda que seja uma estrutura tensionada pelo acontecimento, a língua não deixa de ter materialidade: é porque há um diagrama fonológico específico que “home” e “home” puderam ser relacionadas. Apesar de tudo, *há língua*, como bem me lembrou Sírio Possenti recentemente.

equiparação por paralelismo linguístico. Como se queria, *home* passou a opor-se a *mulhe*, e não (só) à *workplace*.

No entrecruzamento da articulação sintática com a “trapaça” fonética, é possível propor o seguinte jogo de paráfrases: *SD₆* “se $\frac{\text{homeoffice}}{\text{homem}}$ fosse bom se chamaria $\frac{\text{mulheoffice}}{\text{mulher}}$ ”. Essas paráfrases estendem-se para além da própria antinomia simples entre *homem* e *mulher*, tendo em vista que não é o neologismo que encerra a graça do chiste, mas sim sua criação para opor-se à imposição do *home office* – e, no limite, ao discurso neoliberal que o sustenta. Seu mecanismo de resistência, portanto, está em “deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras” (*DID*, p. 17). É evidente que essa criação fugaz de um neologismo, que só faz sentido no âmbito mais restrito da piada, não se propõe a ruir o neoliberalismo ou o virilismo, mas ainda assim são “formas de aparição fugidias de alguma coisa ‘de uma outra ordem’, vitórias ínfimas que, no tempo de um relâmpago, colocam em xeque a ideologia dominante tirando partido de seu desequilíbrio” (*IPF*, p. 278) – “o instante de uma vitória do pensamento no estado nascente” (*IPF*, p. 280). É nesse sentido que a “sintaxe é a base da criatividade histórica” (*LI_[e]*, p. 102), e por essa razão – por ser um espaço de trabalho, em que a regra serve para abrir a possibilidade de jogo (na história, no sujeito, no discurso...) – que “a revolta é contemporânea à linguagem” (*IPF*, p. 279).

4. CONCLUSÃO

À guisa de conclusão e muito esquematicamente, acredito que foi possível delinear, ao longo da leitura e interpretação dos textos, três configurações da “língua” no projeto teórico de Michel Pêcheux. Numa primeira abordagem, a língua fora concebida como (i) *um “cálculo combinatório regrado” das unidades de um tesouro lexical*, entendendo-se léxico e gramática como domínios distintos. Em um segundo momento, após a introdução do interdiscurso e do choque entre os domínios linguísticos, a língua fora concebida como (ii) *modos diferenciados de enunciação sobre os quais um conjunto estruturado de elementos se articula*. Enfim, após a revisão crítica da Linguística, concebeu-se a língua como um (iii) *corpo cingido de um sistema capaz de subversão*, destacando-lhe sua dimensão de *jogo* e de *revolta*. Assim, durante todo o percurso, o que se viu foi um esforço constante para cada vez mais abordar a língua em sua especificidade. Um trajeto que se inicia e termina em diálogo com a Linguística: primeiro pelo empréstimo de alguns conceitos; posteriormente, pela crítica à prática e à epistemologia linguística. “[P]ara ser analista de discurso é preciso ser linguista e deixar de sê-lo”, lembra Jean-Jacques Courtine (2009/1981, p. 19).

Para reconhecer o próprio da língua foi preciso fazer frente à *língua de madeira* do logicismo (*LI*, p. 24) – que nega a política e normatiza o sentido –, às *línguas de vento* do sociologismo (*LI*, p. 24) – que capturam a política da língua e as práticas indefinidas de interpretação –, e ainda às *línguas de ferro* imperialistas (*LI*, p. 24) – que impõem os seus sentidos e a censura de outros. Ao cabo deste percurso, me parece que o esforço feito por Pêcheux foi de restituir, cada vez mais através de sua dimensão ordinária e marginal, a capacidade de *rebeldia* à língua. Talvez essa seja uma das principais lições que nós linguistas devemos guardar de sua obra: “A língua de ferro, de madeira ou de vento... façamos ouvido de surdo. Como se, desde há muito tempo, estivéssemos impedidos de usar a língua” (*LI*, p. 117). Há um outro registro da língua para se escutar, um que não seja de substância, cuja matéria seja a de uma estrutura atravessada pelo seu acontecimento: uma *língua de estalo*, que faz ranger as bases de seu próprio funcionamento.

GLOSSÁRIO DAS OBRAS CONSULTADAS DE MICHEL PÊCHEUX³⁴

Sigla	Título	Ano de publicação
RCS	<i>Reflexões sobre a situação teórica das Ciências Sociais e, especialmente, da Psicologia Social</i> [sob o pseudônimo “Thomas Herbert”]	1966
A69	<i>Análise Automática do Discurso (AAD-69)</i>	1969
CS	<i>A semântica e o corte saussuriano</i>	1971
LLD	<i>Língua, "Linguagens", Discurso</i>	1971
SD	<i>Semântica e Discurso</i>	1975
PAD	<i>A propósito da Análise Automática do Discurso</i>	1975
FLS	<i>Há uma via para a Linguística fora do logicismo e do sociologismo?</i>	1977
RFS	<i>Remontemos de Foucault a Spinoza</i>	1977
MOI	<i>As massas populares são um objeto inanimado?</i>	1978
IPF	<i>Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês</i>	1978/1982
QI	<i>Questões iniciais</i> [chamada para o colóquio <i>Matérialités Discursives</i>]	1979
HEM	<i>La linguistique hors d'elle-même</i> [A linguística fora de si mesma]	1980
AC	<i>Abertura do Colóquio</i> [<i>Matérialités Discursives</i>]	1980
OE	<i>O enunciado: encaixe, articulação e (des)ligação</i>	1980
LI	<i>A língua inatingível</i>	1981
ADI	<i>Análise de Discurso e Informática</i>	1981
EE	<i>O estranho espelho da Análise do discurso</i>	1981
DID	<i>Delimitações, inversões, deslocamentos</i>	1982
LAH	<i>Ler o arquivo hoje</i>	1982
LI _[e]	<i>A língua inatingível</i> [entrevista]	1982
AAD	<i>Apresentação da Análise Automática do Discurso</i>	1982
DTL	<i>Sobre a (des-)construção das Teorias Linguísticas</i>	1982
DEA	<i>O Discurso: Estrutura ou Acontecimento</i>	1983
CE	<i>Sobre os contextos epistemológicos da Análise de Discurso</i>	1984 [†]
MI	<i>Metáfora e Interdiscurso</i>	1984 [†]
EDI	<i>Especificidades de uma disciplina de interpretação</i>	1984 [†]

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. (1980) *Iniciação à filosofia para não-filósofos*. São Paulo: Martins Fontes, 2019.
- AMBRA, Pedro. *O que é um homem?* São Paulo: Annablume, 2015.
- ARONOFSKY, Darren. *Pi*. Arlington, Bono Film Labs, 1998. Mídia digital, 84 min., preto e branco.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. (1984) Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 19, n. 1, p. 25-42, dez. 1990.
- BARTHES, Roland. (1977) *Aula*. São Paulo: Editora Cultrix, 2013.
- CASTILHO, Ataliba. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2019.
- CHAPOUTOT, Jean. Virilidade fascista. Em: COURTINE, J.-J. (dir.). *História da Virilidade*. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 335-363. Vol. 3.
- COURTINE, Jean-Jacques. (1981) *Análise do Discurso Político*. São Carlos: EdUFSCar, 2009.
- DELEUZE, Gilles. (1972) Em que se pode reconhecer o estruturalismo? Em: _____. *A ilha deserta*. São Paulo: Iluminuras, 2006, p. 221-247.
- ECO, Umberto. *O fascismo eterno*. Rio de Janeiro: Record, 2019.
- FOUCAULT, Michel. (1966) *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1995a.
- FOUCAULT, Michel. (1969) *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

³⁴ As datas dizem respeito à publicação original. O ano das edições consultadas consta nas referências bibliográficas. A obra *IPF* foi publicada em 1982, mas redigida entre 1978 e 1979. A cruz (†) indica textos que foram publicadas postumamente.

- FUCHS, Catherine; PÊCHEUX, Michel. A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas. Em: GADET, F.; HAK, T. (orgs). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 159-250.
- GADET, Françoise. (1980) Trapacear a língua. Em: CONEIN, B.et al. *Materialidades Discursivas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016. p. 185-200.
- GADET, Françoise.; PÊCHEUX, Michel. A Língua Inatingível [entrevista]. Em: ORLANDI, E. (Org.). *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 2015. p. 93-106.
- GADET, Françoise.; PÊCHEUX, Michel. *A Língua Inatingível*. Campinas: Pontes, 2004.
- GADET, Françoise.; PÊCHEUX, Michel. Há uma via para a Linguística fora do logicismo e do sociologismo? Em: ORLANDI, E. (comp.). *Análise de Discurso*. Campinas: Pontes, 2011. p. 295-310.
- GADET, Françoise.; PÊCHEUX, Michel. La linguistique hors d'elle-même: l'histoire absolument. *Linx*, [s.l.], v. 1, n. 2, p. 360-369, maio 1980.
- GAZALÉ, Olivia. *Le Mythe de la Virilité*. Paris: Robert Laffont, 2017.
- GUILHAUMOU, Jacques; MAZIÈRE, Francine. « Ainsi, nous sommes qui nous sommes dans le Mississippi ». *Semen*, [S.L.], n. 29, p. 69-88, abr. 2010.
- HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul; PÊCHEUX, Michel. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem e discurso. Em: BARONAS, R. (Org.). *Análise do Discurso*. São Carlos: Pedro & João, 2011. p. 13-32.
- HARRIS, Zellig. Discourse Analysis. *Language*, Washington, v. 28, n. 1, p. 1-30, mar. 1952.
- HENRY, Paul. (1975) Construções relativas e articulações discursivas. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 19, p. 43-64, 3 nov. 1990.
- HERBERT, Thomas. Reflexões sobre a situação teórica das Ciências Sociais e, especialmente, da Psicologia Social. Em: ORLANDI, E. (comp.). *Análise de Discurso*. Campinas: Pontes, 2015. p. 21-53.
- LACAN, Jacques. (1973) *O seminário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985. Livro 20.
- LACAN, Jacques. *Conferência em Genebra sobre o sintoma*, 1975. Disponível em: <http://www.campopsicanalitico.com.br/media/1065/conferencia-em-genebra-sobre-o-sintoma.pdf>. Acesso em 24/07/2020, às 21:50.
- MARANDIN, Jean-Marie. (1993) Sintaxe, discurso: do ponto de vista da análise do discurso. In: ORLANDI, E. (org.). *Gestos de Leitura*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 117-141.
- MILNER, Jean-Claude. (1978) *O amor da língua*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- NEWSOM, Jennifer. *The mask you live in*. [S.l.], The Representation Project, 2015. Mídia digital, 97 min., colorido.
- PÊCHEUX, Michel. Abertura do colóquio. Em: CONEIN, B.et al. *Materialidades Discursivas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016, p. 23-29.
- PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). Em: GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 59-158.
- PÊCHEUX, Michel. Análise de Discurso e Informática. Em: ORLANDI, E. (comp.). *Análise de Discurso*. Campinas: Pontes, 2015. p. 275-282.
- PÊCHEUX, Michel. As massas populares são um objeto inanimado? Em: ORLANDI, E. (Org.). *Análise de Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 2015. p. 251-273.
- PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 19, n. 1, p.7-24, dez. 1990.
- PÊCHEUX, Michel. *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento*. Campinas: Pontes, 2015.
- PÊCHEUX, Michel. Especificidade de uma disciplina de interpretação. Em: PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. (orgs.). *Legados de Michel Pêcheux*. São Paulo: Contexto, 2019, p. 99-103.
- PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. Em: ORLANDI, E. (Org.). *Gestos de Leitura*. Campinas: Editora Unicamp, 2010, p. 49-59.
- PÊCHEUX, Michel. Língua, "Linguagens", Discurso. Em: ORLANDI, E. (Org.). *Análise de Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 2015. p. 121-130.
- PÊCHEUX, Michel. Metáfora e Interdiscurso. Em: ORLANDI, E. (comp.). *Análise de Discurso*. Campinas: Pontes, 2015. p. 151-161.
- PÊCHEUX, Michel. O enunciado: encaixe, articulação e (des)ligamento. Em: CONEIN, B.et al. *Materialidades Discursivas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016, p. 227-236.
- PÊCHEUX, Michel. Prefácio: o estranho espelho da Análise do discurso. Em: COURTINE, J.-J. *Análise do Discurso Político*. São Carlos: EdUFSCar, 2009. p. 21-26.
- PÊCHEUX, Michel. Questões iniciais (Julho/1979), Em: CONEIN, B.et al. *Materialidades Discursivas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016, p. 17-19.
- PÊCHEUX, Michel. Remontemos de Foucault a Spinoza. Em: BARONAS, R. (Org.). *Análise do Discurso*. São Carlos: Pedro & João, 2011. p. 183-198.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

- PÊCHEUX, Michel. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. Em: _____. *Semântica e Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 269-282. Anexo III.
- PÊCHEUX, Michel. Sobre a (des-)construção das teorias linguísticas. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, v. 1, n. 2, p. 7-32, dez. 1998.
- PÊCHEUX, Michel. Sobre os contextos epistemológicos de Análise de Discurso. Em: ORLANDI, E. (comp.). *Análise de Discurso*. Campinas: Pontes, 2015. p. 283-295.
- PÊCHEUX, Michel. *et al.* Apresentação da análise automática do discurso. Em: GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 251-279.
- POSSENTI, Sírio. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. Em: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (org.). *Introdução à Linguística*. São Paulo: Cortez, 2011. p. 353-392. Vol. 3.
- ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- SAUSSURE, Ferdinand de. (1916) *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Editora Cultrix, 2012.

Recebido: 25/1/2021

Aceito: 10/4/2021

Publicado: 7/3/2022